

SILACC 2010 - Simpósio Ibero Americano

"Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas"

Título: "A PERIFERIA AUSENTE - Dois Casos de Aglomerados Habitacionais de Custos Controlados em Portugal Contemporâneo"

Sessão Temática - ST01 - Espacialidades e Territórios Híbridos da(na) Contemporaneidade

Resumo: Com o termo "Periferia Ausente" pretende qualificar-se o fenómeno metropolitano, analisando-o no caso concreto de Portugal contemporâneo. O processo de diluição de limites entre centro e periferia em termos territoriais parece ser afinal paralelo ao da implementação do regime democrático logo após a revolução de 1974. O final de um estado centralizado corresponde à abertura de oportunidade para o sector privado em novas frentes concelhias de edificação, as quais têm permitido empreender um desmesurado manto de edificação que indistintamente se alastrou conorbandando os centros urbanos, sobretudo na cintura mais litoral do território português. Este fenómeno, apesar de tardio em relação a outras realidades europeias, contem na sua dinâmica os pressupostos que nos permitem debater, no momento actual, quer o papel do arquitecto quer da arquitectura. Serão apresentados dois casos concretos, um de obra já edificada, outro ainda em projecto que possibilitam um entendimento concreto sobre a temática que se coloca. Um dos casos corresponde a uma intervenção, em Lisboa de 91 habitações de carácter social, construída em 2001, ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (conjunto distinguido com o 1º Prémio do Instituto Nacional de Habitação de 2002), o segundo caso corresponde ao projecto de reabilitação do espaço público, na cidade do Porto, no Bairro do Lagarteiro (projecto concluído em 2009), inserido na Iniciativa Bairros Críticos, programa piloto coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, com o objectivo de reabilitar e regenerar conjuntos urbanos que se apresentem problemáticos do ponto vista urbano e social.

Palavras Chave: *Centro, Periferia, Território, Metropolitanismo.*

Capítulo 1

1.1. Introdução

A interpretação de uma cidade difusa é também a compreensão de uma cidade "porosa", que na homogeneidade do seu crescimento enquadra focos de ocupação heterogéneos e híbridos. De um modo geral, pode afirmar-se que as relações entre centro e periferia são hoje de uma outra índole tendo sido, de um modo muito evidente, quebrada qualquer ideia clara de fronteira ou separação, em vez disso temos a grande mancha da cidade metropolitana.

Na obra de Álvaro Domingues: *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal*¹, podem verificar-se as mutações do território português no último quartel do século XX, após a revolução de 25 de Abril de 1974. A maior constatação que pode ser feita é justamente a diluição da relação entre centro e periferia, sobretudo na franja mais litoral a ocidente do território português. Uma malha indistinta de construções conquistou a envolvente das cidades, rompendo os limites urbanos existentes, espalhando-se em "mancha de óleo", maioritariamente a partir das áreas metropolitanas das principais cidades, como Lisboa, Porto, Coimbra, ou Faro.

Esta diluição entre centro e periferia está também associada a uma mudança de paradigma do próprio sistema político. A democratização do estado português (em 1974) veio destapar uma "caixa de pandora" onde o protagonismo do sector privado se afirmará em definitivo. Trata-se porém de um fenómeno tardio, quando comparado com processos análogos em outros países europeus que assistiram à expansão dos centros urbanos na sequência da implementação do plano Marshall. Apesar da particularidade do fenómeno no caso português a expansão foi bastante acelerada.

1.2. Breve análise das últimas décadas

Vários factores contribuíram, no que diz respeito à diluição entre centro e periferia, para uma especificidade do caso de Portugal, o mais relevante corresponde ao longo período, de 48 anos, de regime ditatorial² que centralizou maioritariamente no Estado o controle da especulação, também a neutralidade em relação à Segunda Grande Guerra manteve inalterado o tecido urbano das cidades portuguesas. Um outro factor que assume um papel relevante é a descolonização dos territórios africanos, na sequência do fim da Guerra Colonial (1961-1974), que vem ampliar no espaço de dois anos, entre 1974 e 1976, em mais de meio milhão de habitantes a população portuguesa, aproximando-se esta nesse período de 9 milhões a totalidade da população.

No caso concreto das políticas do tempo do Estado Novo, pode dizer-se que existiu em Lisboa um

¹ DOMINGUES, Álvaro (2006) - *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Universidade de Aveiro e Argumentum Edições, Estudos e Realizações;

² A Ditadura Nacional iniciou-se em Portugal após a revolução de 28 de Maio de 1926, sendo a precursora do Estado Novo, institucionalizou-se na pela mão de Oliveira Salazar, através da constituição de 1933,

certo fôlego empreendedor na década de 30, resultante de uma estabilidade política, visível na consolidação urbana de algumas avenidas. Depois da década de 40 assistiu-se a medidas mais concretas de travamento da especulação, através do congelamento do preço dos arrendamentos (em 1943), associado ao investimento em novas áreas urbanas como é caso do Bairro de Alvalade em Lisboa, de promoção pública (1949-55), e dos bairros camarários dos Olivais em Lisboa e Viso no Porto (1965-66).

É ao redor da década de 70 que começam a verificar-se sinais muito significativos de uma mudança eminente, verificando-se uma incapacidade, por parte do Estado em controlar fenómenos como a carência de habitação, o processo migratório do campo para a cidade, a chegada dos habitantes das ex-colónias e a sobreocupação das casas nos centros urbanos. A face visível da carência de habitação é notória na proliferação de bairros de barracas e de construção clandestina, estimava-se que na década de 90 cerca de 150 000 pessoas viviam em barracas ou habitações clandestinas, contabilizando-se em cerca de 50 000 o número de construções precárias existentes em torno das principais cidades portuguesas.

Ainda na década de 60, com a Criação do Fundo Fomento de Habitação (criado em 1969), o Estado Novo procurava inverter e controlar a tendência de precariedade, cada vez mais galopante, em torno das principais cidades edificando aglomerados habitacionais em áreas periféricas. A superação da escassez de habitação viria a alicerçar-se em políticas implementadas na transição democrática, verificando-se uma crescente implicação do sector privado na resolução do problema. Ainda em 1974 a criação das Cooperativas de Habitação Económica, relançam todo um movimento com o apoio das autarquias, são lançados Contratos de Desenvolvimento de Habitação financiando a promoção privada de habitação de custos controlados, e é ainda criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)³, que entre 1974 e 76 implicou os moradores na construção das suas próprias habitações.

É sobretudo durante as décadas de 80 e 90, que a maior transformação se irá sentir. Para tal contribuem três vectores fundamentais: por um lado, a transferência para os municípios da responsabilidade de alojamento das famílias de baixos recursos, por outro a bonificação do crédito de

³ O Serviço Apoio Ambulatório Local (SAAL), é assumido pela historiografia da arquitectura portuguesa como um momento essencial do século XX. Para além do debate tipológico em torno dos programas habitacionais, brigadas de arquitectos partilharam, em infindáveis reuniões de comissões de moradores, o desígnio das suas obras, pressupondo a resolução de carências básicas de uma faixa da população portuguesa no período pós-revolucionário, contribuindo assim para a construção de habitação num espírito de participação sem antecedentes. Foi ao abrigo de um despacho ministerial do II Governo Provisório (após a revolução de 1974) que, num curto período de 1974 a 1976, pela mão do arquitecto Nuno Portas, então secretário de estado da habitação e do Urbanismo, que arquitectos como Siza Vieira, Gonçalo Byrne, Hestenes Ferreira, ou Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez, entre outros estiveram implicados num processo participativo de construção de habitação para os mais desfavorecidos que viviam em condições de precariedade

acesso para aquisição de casa própria, e ainda uma forte infra-estruturação do território português realizada com fundos comunitários resultante da entrada de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia, actual União Europeia), em 1985. Os vectores enunciados cruzam-se com a elaboração, a partir de 1990, de mecanismos de planeamento urbano, que vêm contribuir para um ordenamento do território à escala nacional, os principais instrumentos que irão legitimar as medidas expansionistas são os Planos Directores Municipais para todos os concelhos do país. Os Planos Directores, em conjunto com os planos de Urbanização e com os Planos de Pormenor, irão estruturar a construção, abrindo novas frentes concelhias de edificação.

Os anéis periféricos das principais cidades (Lisboa, Porto Coimbra, Faro), assumirão uma carga optimista, face à limitação, quer do ponto de vista da oferta habitacional, quer do ponto de vista infra-estrutural verificada nos centros urbanos tradicionais. Apesar do investimento público⁴, o optimismo corresponde maioritariamente ao aumento da oferta pela via da iniciativa privada, que encontra uma vasta área de expansão alimentada por uma enorme necessidade por parte da procura.

O papel do Estado fica sobretudo reservado para a criação de infra-estruturas, com forte incidência nas redes viárias, que abrem novos territórios de oportunidade, no caso de Lisboa são as circulares urbanas, o complemento da auto-estrada para Cascais e Sintra, e muito concretamente a 2ª travessia do Tejo (ponte Vasco da Gama). Do ponto de vista territorial serão as rodovias que terão o papel agregador e sendo através destas que, em parte, se organizará a gestão urbanística, privilegiando a mobilidade como alavanca de desenvolvimento.

A diversidade da ocupação do território foi sedimentando-se a partir de intervenções mais autónomas e anónimas, sem um sentido morfológico pré-delineado. Neste processo o Estado, através das autarquias, foi gerindo com base nos instrumentos urbanísticos os zonamentos e os índices de construção. No espaço de três décadas o resultado é um progressivo manto urbano conorbado, eliminando-se as relações entre centro periferia tendo-se verificado um crescimento urbano em mancha, que de um modo informe se alastrou, incorporando na sua dinâmica, os vazios e as contradições morfológicas que foram surgindo no decurso das últimas décadas. A diluição da ideia de um centro catalisador é substituída por uma consciência metropolitana, que vem agregar as diversas acções urbanas numa lógica partilhada, onde se gerem interesses de vários tipos a uma escala meta-urbana.

É contudo na primeira década do novo milénio que se eliminam, em grande medida com o suporte do Plano Especial de Realojamento, os últimos focos de barracas existentes nas franjas metropolitanas das principais cidades portuguesas, iniciando-se em simultâneo uma nova atenção sobre a reabilitação urbana, que, apesar da urgência da sua incidência nas áreas habitacionais mais antigas, não pode deixar de lado a intervenção nos bairros que entretanto foram construídos durante o

⁴ mais relevante em termos quantitativos através do Plano Especial de Realojamento iniciado em meados da década 90

processo de expansão urbana. Estes últimos, que associam à sua génese processos complicados e muitas vezes conflituosos de realojamento. Nestes casos é através do espaço público que emerge a mais evidente possibilidade de regeneração.

O espaço público permite uma acção directa do Estado, sem a limitação do direito de propriedade privado, é também através do espaço público que se materializam instrumentos que permitem imprimir uma cultura cívica, é esta vertente do processo que nos permite re-infraestruturar os bairros quer seja do ponto de vista do saneamento, ou das instalações, ou mesmo dos espaços verdes. As intervenções sobre o espaço público tem ainda o mérito de desencadear dinâmicas de intervenção no edificado.

Capítulo 2

2.1. Dois Casos de Aglomerados Habitacionais de Custos Controlados

Os dois casos que iremos abordar correspondem a intervenções, a custos controlados, inseridos em dois momentos distintos do processo anteriormente descrito. O primeiro caso corresponde ao Bairro da Travessa Sargento Abílio⁵ (1998-2001) em Lisboa, de 91 fogos, construído ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (PER), o segundo caso corresponde à Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro (2008,...) no Porto, com 7,4 ha, que se encontra em fase de projecto estando em preparação o concurso de obra ao abrigo da Iniciativa Bairros Críticos (IBC). Ambos casos correspondem a projectos da autoria do proponente.

A relevância dos casos apresentados permite-nos estabelecer um entendimento sobre as especificidades das cidades de Lisboa e Porto, mapeando-se em dois períodos distintos duas acções diferenciadas, a primeira de edificação no final da década de 90 e a segunda no âmbito da reabilitação, no limiar da segunda década do século XXI. Estes casos concretos possibilitam também a construção de um entendimento, a partir da experimentação do projecto de arquitectura, de fenómenos específicos relacionados com as mutações do território. A arquitectura adquire, por isso, uma dimensão ética, já que se insere num processo de transformação socioeconómico e político.

A especulação que caracteriza o alastramento urbano nas áreas metropolitanas pressupõe uma espécie de irrelevância da precisão do projecto de arquitectura. Os casos que serão apresentados subentendem uma busca pela justeza da arquitectura, também na sua dimensão mais humanista, procurando estabilizar-se a importância da *micro-escala*, como patamar regenerador. As áreas sobrantes, ou as áreas com carências de reabilitação implicam uma acção consertada em dois patamares, por um lado um registo *macro*, onde se busca um entendimento do fenómeno e das dinâmicas do lugar na sua complexidade territorial, por lado um registo *micro*, dependente da acção cirúrgica do arquitecto. As áreas sobrantes, não são mais que "porosidades" na mancha informe que

⁵ Conjunto premiado com o 1º prémio, ex-aequo, do Instituto Nacional de Habitação (INH) em 2002.

qualifica na contemporaneidade tanto a [aparente] densidade das ancestrais áreas urbanas, como das mais recentes áreas edificadas a partir do processo expansionista. A acção corresponde a um consciência de que a intervenção contemporânea se realiza por fragmentos, esta dimensão fragmentária reforça a importância do gesto do arquitecto. O projecto de arquitectura marca um acontecimento⁶ no conjunto indistinto da metrópole, existindo algo de *deleuziano* neste processo que afinal se constituiu como uma espécie de agenciamento, uma micro intervenção geradora de uma atmosfera específica. Não existe pertença redenção numa acção micro, existe sim um desejo de unidade no fragmento.

2.1.1. PER, Calhariz de Benfica

O primeiro caso refere-se à intervenção no Calhariz de Benfica ao abrigo do Plano Especial de Realojamento. O PER surgiu em 1993, atingindo o seu pico em 2001, tendo como intenção contribuir para a resolução urgente de eliminar as construções habitacionais precárias e clandestinas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. O financiamento público que cobriu as intervenções foi gerido pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), tendo sido atribuído directamente aos Municípios.



Foto aérea do Cahariz de Benfica

⁶ DELEUZE, Gilles (1989) - *El Pliegue*, Ediciones Paidós, Barcelona;

O projecto das 91 habitações no Calhariz de Benfica, vem inserir-se num terreno de mediação, na margem Norte da cidade de Lisboa, na proximidade com o concelho da Amadora que estava ocupado por construções informais.

O território em causa, já fortemente condicionado pela presença de infra-estruturas viárias de grande porte e habitação especulativa, caracterizava-se, até meados do século XX por quintas e por um aglomerado habitacional rural de pequenas dimensões (o Calhariz de Benfica). À época da construção deste conjunto (em 1998), o Calhariz de Benfica apresentava-se, na cidade Lisboa, como área expectante, mantendo justamente o ambiente de uma certa ruralidade, ou simples memória da antiga periferia de Lisboa com as suas quintas, actualmente as referências ao passado, são cada vez menos visíveis, verificando-se um preenchimento generalizado das áreas vagas. Por um lado a linha ferroviária de Sintra por outro a fusão do IC-19 com a CRIL e com a 2ª Circular no complexo nó viário da Buraca, isolavam a zona do Calhariz da elevada densidade de construção de Benfica. A Quinta das Beltrans e o Aqueduto das Águas Livres, surgem como as preexistências mais relevantes.



Planta geral da intervenção PER - Travessa Sargento Abílio

A intervenção suporta-se na intenção de simulacro de uma tipologia urbana reconhecível. Um vazio central em forma de praça organiza uma centralidade, atravessada por um eixo, ou canal de água, que estabelece uma relação com a memória do, setecentista, Aqueduto da Águas Livres que passa ali bem próximo. O espaço público promovido através da implantação dos edifícios é caracterizado por uma componente cromática que alude a uma expressão algo doméstica, ampliada contudo à escala urbana.

A implantação do conjunto de edifícios tira partido da topografia, que se pode definir pela pendente em forma de plano rampeado na direcção Nascente/Poente. Esta pendente foi fundamental para a criação de um percurso longilíneo, na direcção Sul/Norte, intermédio em relação às cotas altimétricas existentes nos limites da intervenção. É através deste percurso que se possibilita o atravessamento de nível entre as três unidades que compõem o conjunto. Considerando a topografia do terreno existente, a implantação dos edifícios ajusta-se aos dois níveis morfológicos da envolvente, a Nascente o núcleo antigo do Calhariz de Benfica e a poente, as construções mais recentes, construídas no limiar dos anos 90. A relação entre os diversos níveis topográficos é realizada por meio de amplas escadarias, a situação mais nomeável surge na Unidade B, onde o piso térreo é largamente rasgado sobre uma longa escadaria que prolonga a Rua Vasco Botelho do Amaral para a praça.



Fotografia no enfiamento Sul/Norte PER-Travessa Sargento Abílio

Acentuando a dicotomia o entre limite exterior deste conjunto de edifícios, e este percurso intermédio, estabeleceu-se uma diferenciação compositiva ao nível dos alçados. Deste modo existe uma espécie de "casca" periférica, sempre branca que estabiliza a relação do conjunto com a envolvente, nestes alçados a disposição dos vãos caracteriza-se por uma aleatoriedade, que atribui às fachadas um sentido unitário e abstracto, por oposição à composição que se verifica nos alçados voltados para o percurso intermédio onde a disposição dos vãos é regrada em função de extensas palas brancas

contrastantes com expressão cromática que caracteriza cada uma das unidades. Ao longo do percurso intermédio, na direcção Sul/Norte, deparamo-nos inicialmente na Unidade A com um vermelho profundo, seguindo-se um azul que em certos momentos se confunde com o céu o qual surge encerrado na praça que caracteriza a Unidade B, por último um verde opaco remata o conjunto. Esta espécie de *promenade architectural* adquire uma dimensão cinematográfica, que se evidencia também quando percorremos o conjunto nos seus limites externos, podendo neste caso apenas desfrutar de pequenos fragmentos de cor que individualmente nos surgem através de aberturas, ou passagens que medeiam o interior e o exterior. Esta construção artificial pressupõe uma relação estável e sóbria do conjunto em relação à envolvente já que é o branco que se apresenta como cor predominante.

O rigor sistemático com que foram implantados os 14 edifícios permite tornar aparente as caixas de acesso aos terraços, forradas a chapa zincada. Este remate superior do conjunto é impactante quando observado à distância, sugerindo-nos um conjunto de corpos flutuantes que contrastam com a fragmentação morfológica da envolvente. A densidade arbórea que ainda persiste naquilo que resta das quintas, enfatiza uma dimensão imaterial, que é importante na integração do conjunto.



Interior azul na Unidade B, PER -Travessa Sargento Abílio

Os fogos são desenvolvidos segundo tipologias de T1, T2, T3 e T4, organizados segundo num comum esquema de direito esquerdo. Houve a opção de criação de uma empena estreita, com 8,5 metros, de modo a garantir a melhor ventilação transversal das casas. Esta opção permite ainda um desenho simples nas junções de lotes a 90°. A organização interna das casas é de grande simplicidade, baseando-se na separação entre as áreas mais íntimas e mais sociais, deste modo temos junto à entrada um espaço amplo, aberto sobre a cozinha, este espaço social permite aceder, em todas as tipologias, às áreas mais íntimas onde se localizam os quartos e as instalações sanitárias.

Considerando a população que viria habitar este bairro, maioritariamente de origem portuguesa, oriunda de habitações degradadas do concelho de Lisboa, a compartimentação assenta em modelos fáceis de apreender, privilegiando-se uma relação directa entre as cozinhas (incrementadas em termos de área) e as salas. Esta opção foi introduzida com a intenção de estabilizar o núcleo familiar, procurando evitar-se o tradicional papel segregado da mulher operando numa cozinha isolada em relação ao núcleo social da casa e da família.

O projecto do espaço público reforça as intenções da intervenção, desenvolvendo-se em função da já referida linha de água que agrega as três unidades do projecto. Esta linha de água corresponde a uma caleira de pavimento, pontuada entre um bebedouro e um reservatório. O pavimento em cubos de calcário cria uma atmosfera homogénea interrompida no centro da praça por um desnível convergente materializado em cubos granito negro. Ao longo do espaço público, existem núcleos comerciais, de equipamentos e de ateliers, sendo a ocupação mais significativa a cargo da Santa Casa da Misericórdia, com salas de formação e refeitório para crianças com dificuldades de inserção.

Este projecto dilui-se na mancha da envolvente, que o absorve na dinâmica do seu crescimento, encontrando porém na dispersão da cidade difusa o espaço para a sua própria existência.

2.1.2 IBC Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro.

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC) é um Programa Nacional coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, surgiu em 2005, com o objectivo de actuar em áreas urbanas que apresentassem factores de vulnerabilidade crítica. As acções de intervenção integradas estão a ser desenvolvidas de forma experimental em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita).

No caso concreto do Bairro do Lagarteiro, emerge uma necessidade de proceder à reabilitação integral do conjunto habitacional e do espaço público, dando-se deste modo resposta uma necessidade concreta de reabilitar um vasto património municipal edificado essencialmente na década de 70, que se encontra, hoje em dia, em elevado estado de degradação. O deficiente processo social de integração de pessoas nos bairros edificados nesse período, associado ao isolamento destes aglomerados, activou problemas de delinquência muito assinaláveis, sendo os edifícios e o espaço público espelho desse mesmo conflito latente entre os habitantes.

O Bairro do Lagarteiro caracteriza-se por edifícios em banda, implantados em torno de uma topografia acidentada criando, na sua morfologia, situações urbanas diversificadas. Este conjunto habitacional é constituído por 13 blocos com 446 fogos. O projecto urbano original deste bairro surge também na década de 70, num momento de re-fundamentação do processo moderno, reflectindo a sua estrutura urbana as questões pertinentes da época em que foi realizado. Neste conjunto habitacional, supera-se a ideia de centro urbano, em vez disso um conjunto de longas «bandas» vão conformando-se ao longo da estrutura viária, promovendo através de avanços e recuos dos edifícios ou de desalinhamentos na implantação dos diversos lotes, situações de diversidade, que adquirem maior sentido quando integradas na estrutura verde de enquadramento.



Fotografia aérea do Vale de Campanhã e localização do Bairro do Lagarteiro

A segregação adulterou este desejo, algo pós-moderno, que na sua génese parece conter uma dimensão humanista, visível quer no tipo de edifício, que apesar de se tratar de um projecto tipo, procura uma expressão mais arquetípica da ideia de casa, promovendo, para tal, as coberturas em

telha, e a utilização do tijolo face à vista nos paramentos dos diversos lotes. Apesar da notória degradação do Bairro do Lagarteiro, alguns traços do desígnio inicial do projecto, permitem enquadrar uma possibilidade de transformação urbana deste aglomerado da freguesia de Campanhã. O Bairro do Lagarteiro foi construído num anel periférico da cidade do Porto, no extremo oriental do município. A dimensão periférica, deste aglomerado habitacional era, na época da sua construção, muito ampliada devido à própria geografia do território, que envolve o bairro no mesmo sistema do longo vale de Campanhã, facto geo-morfológico que separa o concelho do Porto do concelho de Gondomar.

A difícil relação com o território, analisado numa *macro-escala*, comprometeu, desde o início, a relação do Bairro do Lagarteiro com o centro do Porto, remetendo para uma espécie de isolamento tanto o bairro como os seus habitantes. A deficiente acessibilidade, em termos concelhios, privou os habitantes, carenciados, do bairro de uma natural integração social, situação que se ampliou devido à configuração do conjunto urbano, pouco permeável, impedindo, quer no seio da sua própria estrutura, quer no âmbito da vizinhança próxima, relações de intercâmbio ao nível social.

A população residente no bairro do Lagarteiro, estimada em 1892 habitantes, detém recursos de qualificação escolar muito baixos, apesar da média de idades dos residentes rondar os 35 anos, apenas 6,4% dos habitantes com mais de 15 anos, se apresenta com o ensino secundário completo⁷. O tráfico de droga, que foi já mais intenso, amplia a qualificação deste Bairro como um dos mais problemáticos do Porto, a par com o Aleixo e São João de Deus. Para além do isolamento que qualificava o Bairro desde o período da sua construção, é a sua própria organização interna que amplia sua nomeação para a o projecto IBC.

Actualmente o Bairro do Lagarteiro divide-se em duas áreas fundamentais, separadas pela topografia. Estas duas áreas do Bairro do Lagarteiro, apesar da sua proximidade física apenas se relacionam por desqualificados e acidentados percursos pedonais, gerando esta situação uma segregação no interior do próprio bairro. Outra questão evidente é a pouca fluidez da estrutura viária, forçando que na maior parte dos casos o acesso e a saída do Bairro seja feita pelo mesmo arruamento, impedindo-se a continuidade da circulação. Este facto promove a clausura impedindo e afastando os cidadãos, que não habitam o Bairro, da fruição do espaço público, permanecendo este num estado de certa exclusividade por parte dos moradores, situação que contribui, em grande medida, para a fragilidade social detectada neste «Bairro Problemático» da cidade do Porto.

O desenvolvimento urbano das últimas décadas associado à construção das grandes infra-estruturas viárias e o crescimento especulativo, da área metropolitana do Porto, colocou o Lagarteiro como um caso de estudo. No tempo presente o Bairro, não poderá mais ser lido como

⁷ Dados dos Portal do Governo em:

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MAOTDR/Documentos/Pages/20061002_MAOTDR_Doc_Bairros_Criticos.aspx (acesso em 20/05/2010)

estrutura periférica da cidade do Porto, ou seja, nos nossos dias, a relação de distância alterou-se profundamente, sendo inevitável estabelecer-se, sobre aquela realidade física e social, um novo olhar, mais integrador, de modo a potenciar-se a regeneração do conjunto e do modo de vida da sua população.



Imagens da situação actual do Bairro do Lagarteiro

Para além das questões que envolvem a relação do Bairro do Lagarteiro com o território, importa observar de modo mais focalizado a situação do espaço público do próprio Bairro. As intenções de estruturação das áreas exteriores aos edifícios, foram, ao longo das três últimas décadas, limitadas quanto à disciplina de relação entre peões e automóveis e quanto à criação de áreas qualificadas de estadia, potenciadoras da integração social dos habitantes. A pressão do automóvel no espaço público com o seu poder de ocupação permanente do solo impôs, também ao modelo do bairro, cargas elevadas de ocupação. Verificando-se a ausência de equipamentos infantis e de acessibilidades garantidas a todos os moradores, também se denota a carência de percursos pedonais claros, e uma deficiente gestão do estacionamento automóvel. Nota-se de modo geral uma falta de sentido de partilha dos bens comuns, levando em alguns casos a apropriações indevidas, ou a actos de vandalismo.

A questão fundamental que orientou o projecto de reabilitação do espaço público do Lagarteiro, passou pela redefinição de todas as ligações do Bairro com a estrutura viária da área metropolitana da cidade do Porto, tornando-o mais permeável e em sintonia com o Plano Director Municipal do Porto, instrumento urbanístico que nomeadamente na sua Carta de Qualificação do Solo, apresenta como intenção de base, a materialização de uma série de atravessamentos, com o objectivo de conectar o Bairro do Lagarteiro com um Eixo Urbano Estruturante e de Articulação Intermunicipal. Sendo a ancoragem do Bairro à envolvente próxima, através dos novos arruamentos previstos, fundamental para o arranque do processo de regeneração urbana.

Foi em torno de um novo arruamento de ligação entre os dois sectores do Lagarteiro (Rua Diogo de Macedo e a Alameda Arq. Carlos Ramos), que se desenvolveu a base do projecto. Esta artéria foi considerada fundamental para articular as ligações internas e a envolvente. Esta nova via consubstancia também uma possibilidade de criar acessibilidades pedonais, a pessoas com mobilidade condicionada. Foi, portanto, na faixa central do bairro onde a intervenção exigiu um maior nível de especialização, sobretudo na construção de um conjunto de muros de contenção do solo que permitirão controlar a topografia acidentada do Bairro do Lagarteiro, estabilizado a área dos dois equipamentos existentes no local: campo de jogos e a escola.

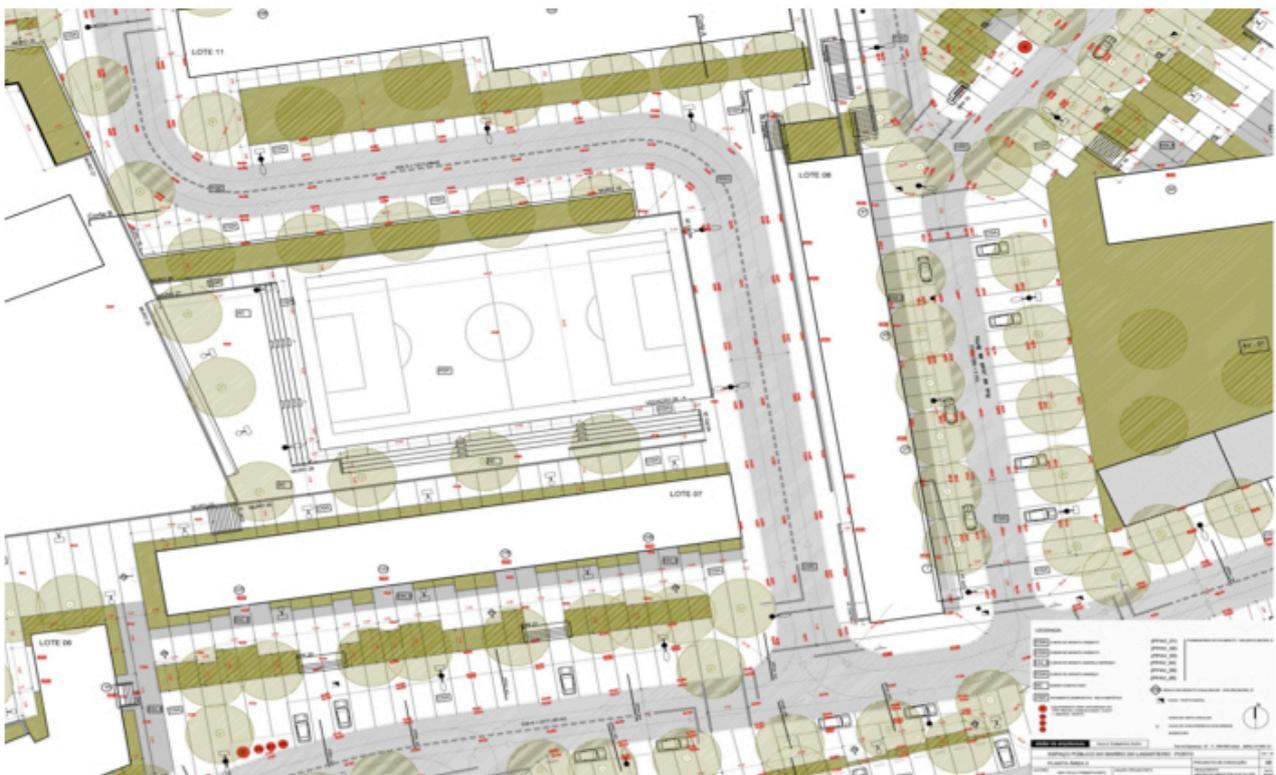


Planta geral de intervenção, IBC-Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro

Os princípios fundamentais que orientaram o projecto foram:

- a) Construção dos arruamentos necessários à ligação do Bairro com a envolvente, preconizando-se uma espécie de cruz que permita atravessamentos através do Bairro no sentido Norte/Sul e Nascente/Poente;

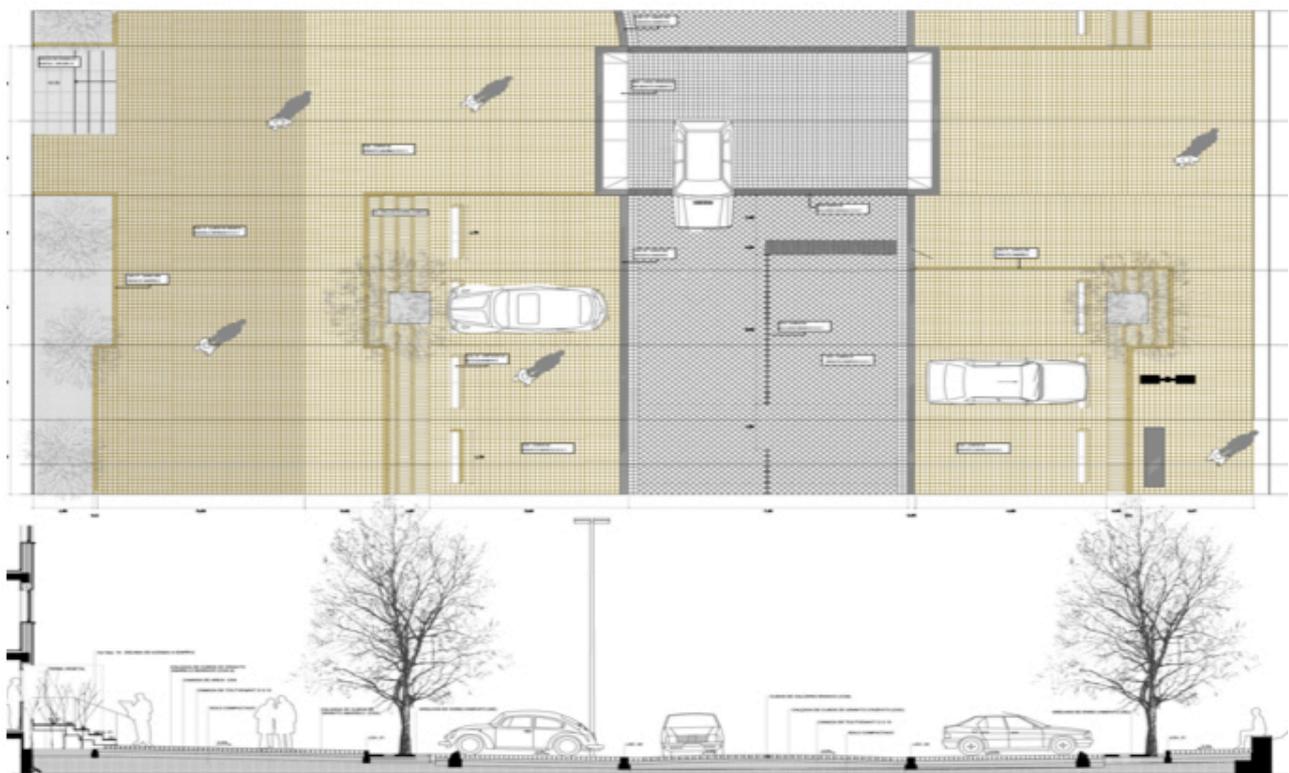
- b) Garantir em percursos pedonais o acesso a pessoas de mobilidade condicionada, possibilitando a maior inclusão social ao nível do espaço público;
- c) Reestruturação da rede viária, garantindo-se a acessibilidade a veículos de emergência e aos serviços de limpeza, e melhor definição de percursos pedonais, o mais rectos possível, garantido atravessamentos das vias com passadeiras e lancis rebaixados e organização do estacionamento automóvel;
- d) Sobreposição do desenho proposto em relação à situação actual, garantido a manutenção dos alinhamentos das infra-estruturas e concessionárias existentes;
- e) Rompimento das áreas verdes existentes junto dos lotes, introduzindo-se, em definitivo, a estrutura verde do Bairro do Lagarteiro no domínio público;
- f) Revisão geral da Infra-estruturação do bairro, nomeadamente ao nível das redes de águas, saneamento, segurança, telecomunicações e com especial importância, iluminação pública, de modo a evitar áreas demasiado obscuras;
- g) Utilização de materiais qualificados e resistentes e reconversão dos espaços verdes para soluções de maior eficácia e facilidade de manutenção, pela automatização dos sistemas de irrigação;



Área de introdução de novo arruamento, , IBC -Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro

Ao nível do desenho do espaço público estipulou-se uma malha abrangente a todo Bairro, baseada na medida de 2,5 metros. A implantação desta malha em faixas, permitiu encontrar uma base de controlo de todo o projecto, já que possibilitou a incorporação do estacionamento automóvel. Posteriormente à aplicação da malha, procedeu-se a introdução de variações, com avanços e recuos do espaço destinado aos percursos pedonais. A gestão funcional do projecto realizou-se por meio de faixas, que ora são áreas verdes, junto aos edifícios, ora são caldeiras longilíneas de separação entre o estacionamento e as áreas pedonais, cobertas com grelhas de enrelvamento.

A panóplia de materiais a utilizar na construção desta intervenção será muito reduzida, baseando-se essencialmente em cubos de granito, de cor amarelada nos percursos pedonais e de cor cinza nos arruamentos. A escolha deste material justifica-se pela facilidade e preço do seu fornecimento em grandes quantidades, também do ponto de vista da manutenção permite uma mão de obra comum, não excessivamente especializada, outro ponto que deve considerar-se é a dignidade do envelhecimento da pedra, resistindo ao desgaste e a utilizações menos conscientes. A diferenciação entre os passeios e os arruamentos realiza-se, quer pela diferença de cor, quer para disposição dos cubos, aplicados a 45° nos arruamentos, por oposição aos passeios pedonais em que os mesmos serão dispostos em faixas perpendiculares aos lancis.



Situação Urbana tipificada, IBC-Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro

As diferenças muito acentuadas de topografia, que caracterizam o Bairro do Lagarteiro, implicam que nesta intervenção sejam realizados um conjunto de muros de suporte. A materialização destes muros de suporte é realizada com recurso a uma cofragem especialmente preparada para o efeito, que permitirá caracterizar os muros de betão à vista. O aspecto final dos muros de betão à vista descobrado define-se por altos-relevos de secção triangular, que no seu conjunto produzem um efeito cinético quando expostos à luz. Esta solução permite ainda, em certo sentido, controlar a vandalização dos muros, já que a superfície não regular é, aparentemente, menos atreita a acções deste tipo. Por outro lado esta solução permitirá, no seu conjunto, construir uma forte identidade expressiva, fundamental num processo de regenerador.

O materiais e o desenho procuram fixar um ambiente urbano ajardinado e amigável, que tira partido da atmosfera mais húmida do Norte de Portugal, sendo a drenagem dos pavimentos assegurada pelas juntas dos materiais, constituindo-se a opção dos cubos de granito, também viável e consistente do ponto de vista da não impermeabilização do solo.

Capítulo 3

3.1. Conclusão

A ausência da periferia implica uma concentração sobre os territórios já edificados, uma acção de preenchimento dos vazios sobrantes no decurso do processo expansionista, ou simplesmente a regeneração daquilo que já existe. Em vez de um olhar para fora coloca-se-nos antes um olhar para dentro. Este olhar para dentro não limita contudo uma leitura abrangente do território e da paisagem, implicando uma atenção sobre os recursos ecológicos disponíveis e sobre as infra-estruturas, estando estas últimas fortemente implicadas num processo regenerador.

Um diálogo sistemático entre o todo e a parte, entre a *macro* e a *micro* escala, permite operar sobre o contexto metropolitano, onde a arquitectura funciona como laboratório, já que na irregularidade das áreas sobrantes, apenas um gesto de precisão poderá reconfigurar os lugares de modo concreto. Em certa medida existe neste processo uma retoma do sentido ético da arquitectura, enquanto agente cívico. No processo regenerador das áreas metropolitanas, coloca-se também diante do arquitecto a necessidade de redefinir programática e funcionalmente as acções, invertendo a norma da sistematização regulamentar definida através do loteamento ou do plano de pormenor. A improbabilidade dos lugares vagos muitas vezes não se coaduna com aplicação regulamentar, cabendo ao arquitecto a viabilidade de algo aparentemente inviável .exige uma responsabilização suplementar do arquitecto interpretando a vocação dos lugares e transformando-os de acordo com o seu potencial.

Neste contexto é a partir do vazio que existe a possibilidade de influir sobre o todo construído, é a partir do vazio que podemos introduzir processos regeneradores, contudo é também o vazio um

fundamental elemento de descongestionamento da densidade metropolitana, potenciador de espaço público e catalisador de relações sociais.

A experimentação pela via da arquitectura torna mais clara a consciência do facto metropolitano, por essa razão os projectos apresentados surgem como objecto de ensaio sobre a realidade, permitindo-nos mensurar de modo tangível o fenómeno na sua mais expressiva complexidade, possibilitando-nos também extrair conclusões, quer sobre o papel social do arquitecto, quer sobre o desígnio da própria arquitectura no momento contemporâneo.

Referências Bibliográficas

BANDEIRINHA, José António - *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade de Coimbra 2007 .

BAPTISTA COELHO, António e BAPTISTA COELHO, Pedro – *Habitação de Interesse Social 1988-2005*, Livros Horizonte, Lisboa, 2009

BAPTISTA COELHO, António – *1984-2004, 20 anos a Promover a Construção de Habitação Social*, edição do Instituto Nacional de Habitação e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa 2006;

DOMINGUES, Álvaro (2006) - *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Universidade de Aveiro e Argumentum Edições, Estudos e Realizações;

DELEUZE, Gilles (1989) - *El Pliegue*, Ediciones Paidós, Barcelona;

DELEUZE, Gilles - *Diferença e Repetição*, Relógio de D'Água, Lisboa, 2000.

GUERRA, Isabel; MATEUS, Augusto; PORTAS, Nuno (2008)- *Plano Estratégico de Habitação 2008-2013*, Relatórios 1, 2 e 3, Instituto de Habitação e Reabilitação;